

Copyright © 2013 by Espólio de Celso Furtado
Copyright da apresentação e das notas © 2013 by Rosa Freire d'Aguiar
Copyright do prefácio © 2013 by Carlos Brandão

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico
da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Penguin and the associated logo and trade dress
are registered and/or unregistered trademarks
of Penguin Books Limited and/or
Penguin Group (USA) Inc. Used with permission.

Published by Companhia das Letras in association
with Penguin Group (USA) Inc.

PROJETO GRÁFICO PENGUIN-COMPANHIA
Raul Loureiro, Claudia Warrak

PREPARAÇÃO
Andressa Bezerra Corrêa

REVISÃO
Huendel Viana
Jane Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Essencial Celso Furtado / organização, apresentação e
notas de Rosa Freire d'Aguiar. — 1ª ed. — São Paulo: Penguin
Classics Companhia das Letras, 2013.

ISBN 978-85-63560-71-1

1. Condições econômicas 2. Desenvolvimento econô-
mico 3. Política econômica 4. Furtado, Celso, 1920-2004 I.
D'Aguiar, Rosa Freire II. Brandão, Carlos.

13-04515

CDD-330.9

Índice para catálogo sistemático:
1. História econômica 330.9

[2013]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500 Fax: (11) 3707-3501

www.penguincompanhia.com.br

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Apresentação — Rosa Freire d'Aguiar	7
Prefácio — Carlos Brandão	19
ESSENCIAL CELSO FURTADO	
TRAJETÓRIAS	
Aventuras de um economista brasileiro	35
Entre inconformismo e reformismo	53
A Comissão Econômica para a América Latina	84
O verdadeiro desenvolvimento	107
PENSAMENTO ECONÔMICO	
<i>Teoria</i>	
Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento	113
Interação entre decisões e estruturas	141
Alienação do poder econômico	153
O mito do desenvolvimento econômico	167
Subdesenvolvimento e dependência:	
as conexões fundamentais	176
O desenvolvimento do ponto de vista interdisciplinar	197
A crise econômica contemporânea	236
O subdesenvolvimento revisitado	251
A superação do subdesenvolvimento	276
<i>História</i>	
Os mecanismos de defesa e a crise de 1929	287
A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro	298

PENSAMENTO POLÍTICO	
A Operação Nordeste	337
O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento	362
Nova concepção do federalismo	377
Reflexões sobre a pré-revolução brasileira	386
Obstáculos políticos ao crescimento brasileiro	403
O novo quadro internacional	428
Para onde caminhamos?	435
Globalização e identidade nacional	439
Metamorfoses do capitalismo	450
CULTURA, CIÊNCIA, ECONOMISTAS	
Acumulação e criatividade	461
Reflexões sobre a cultura brasileira	473
Ciência para quê e para quem?	482
A responsabilidade dos cientistas	488
A formação do economista em país subdesenvolvido	494
Objetividade e ilusionismo em economia	501
Tábua de matéria sugerida	508
<i>Cronologia</i>	521

Apresentação

ROSA FREIRE D'AGUIAR

Organizar uma coletânea sobre Celso Furtado pressupõe reunir temas aparentemente distantes mas que, justapostos, vão se encaixando na visão global que marca sua obra, múltipla por excelência. Celso chegou ao Rio de Janeiro em 1939, aos dezenove anos, para cursar a faculdade de direito. Ganhou a vida, inicialmente, como jornalista na *Revista da Semana*, na qual escrevia sobre assuntos nacionais e internacionais. Aos 22 anos, aprovado no concurso de técnico de administração do Departamento de Administração do Serviço Público (Dasp), ensaiou os primeiros artigos teóricos que, à distância, parecem o embrião do que viria a ser um de seus objetos privilegiados de estudo: o planejamento.

Até o último texto, escrito duas semanas antes de morrer, em 20 de novembro de 2004, foram seis décadas de uma produção constante, com mais de trinta títulos publicados numa dúzia de línguas, e dezenas de artigos. Com o tempo, o leque de reflexões — senão paixões — foi se ampliando. À problemática do subdesenvolvimento que esteve no centro de suas preocupações na Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), acrescentou, ao assumir funções de governo a partir de 1958, a questão regional nordestina e o planejamento. Os anos do exílio são os mais fecundos de sua produção acadêmica. Suas tarefas universitárias juntam-se ao desafio de entender os rumos

do Brasil e de uma conjuntura mundial em plena mutação, com o surgimento do que ele chamará de capitalismo pós-nacional e as transformações do Estado no novo quadro internacional. A moldura conceitual se expande em direção às outras ciências sociais, à cultura e à filosofia, num processo em que Celso cruza a todo instante as fronteiras nem sempre porosas das interdisciplinaridades. O retorno ao Brasil, depois da anistia, dá origem a trabalhos de política econômica, alguns muito combativos, tentativa de deslindar o cipoal em que o país se debatia entre a crise da dívida externa, a recessão, os estertores do regime militar e as premências da redemocratização. Depois desse momento conturbado, é como se Celso, que sempre sentiu uma espécie de responsabilidade visceral pelo destino do Brasil, aceitasse desfrutar de certo repouso para se dedicar a uma escrita mais amena, suas memórias. Mas já nos anos 1990 retomou os ensaios em que tratou, com a mesma privilegiada lucidez, embora em estilo mais decantado, os temas que lhe eram caros: o Brasil e sua inserção no mundo globalizado, o desenvolvimento em suas múltiplas dimensões, a social em primeiro lugar.

Toda coletânea tem um quê de subjetividade. O propósito desta é destacar quatro linhas que nos parecem essenciais no pensamento de Celso Furtado. De certa forma, a seleção foi feita a partir de indicações dele. Explicando melhor: Celso teve, em vida, duas antologias publicadas de sua obra, ambas para editoras de língua espanhola.¹ Consultado pelos organizadores, sugeriu artigos seus que julgava significativos. Essa pista foi valiosa. O subsídio mais estimulante, porém, foram suas cartas para editores, amigos e pesquisadores, em que ora comenta um artigo

¹ *El subdesarrollo latinoamericano: Ensayos de Celso Furtado*. Org. de Óscar Soberón. México: Fondo de Cultura Económica, 1982; *Obras escogidas de Celso Furtado*. Org. de José Consuegra. Bogotá: Plaza&Janes, 1982.

recém-escrito, ora esclarece um ponto de sua contribuição teórica.

O eixo “Trajetórias”, que abre este *Essencial*, reúne textos de cunho autobiográfico, em que sua lembrança remonta ao sertão paraibano, onde, na infância, ainda era real a presença do cangaço. “Aventuras de um economista brasileiro” foi escrito em Paris em março de 1972, a pedido da Unesco. Fazia sete anos que Celso estava na França. A truculência do governo Médici ecoava no exterior criando entraves de todo tipo aos exilados. Pouco tempo antes, o consulado brasileiro lhe negara a possibilidade de usar seu passaporte para ir a um congresso de historiadores em Leningrado, e o embaixador do Brasil nem sequer se dignou responder a uma carta do renomado historiador Fernand Braudel, amigo de Celso, pedindo que reconsiderasse a decisão. Não estranha um matiz de amargura que transpira nesse perfil.

Doze anos depois, foi o Banco Mundial que lhe encomendou longo artigo sobre sua trajetória intelectual, para o projeto Pioneiros do Desenvolvimento. Assim nasceu “Entre inconformismo e reformismo”, que ele concluiu relatando as frustrações de um reformista. O terceiro texto, balanço dos quase dez anos que passou na Cepal desde sua criação, lhe foi encomendado em 1988 pela Universidade das Nações Unidas, mas nunca foi publicado. Tampouco o curto depoimento “O verdadeiro desenvolvimento”, que Celso preparou para a XI Unctad, realizada em São Paulo em junho de 2004. Lá receberia uma homenagem do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, mas por questões de saúde não pôde comparecer.

O núcleo mais relevante de sua obra é, evidentemente, o “Pensamento econômico”, aqui subdividido em teoria e história, cobrindo um período que vai de 1961 a 1994. A problemática do subdesenvolvimento é seu fulcro. Em suas palavras: “Se tivesse de singularizar uma ideia sintetizadora de minhas reflexões de economista sobre a história,

diria, que ela se traduz na dicotomia *desenvolvimento-subdesenvolvimento*, que utilizei como título do livro em que reuni meus primeiros ensaios de teoria econômica”.²

É desse livro o ensaio “Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento”, primeira parte da monografia que apresentou em 1958 para o concurso à cátedra de economia política da faculdade de direito da Universidade do Brasil. O concurso não se realizou até Celso partir para o exílio, mas o ensaio se tornou um clássico por ter sido aí que ele esboçou sua teoria do subdesenvolvimento, mostrando que este se tratava de um processo histórico autônomo, resultante de estruturas específicas, e por isso mesmo merecendo interpretação teórica própria. O estudo do subdesenvolvimento era campo novo, o que talvez explique a repercussão do livro *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*: lançado em julho de 1961, em setembro estava na segunda edição e ainda na lista dos mais vendidos, ao lado de *Os velhos marinheiros*, de Jorge Amado, e *O homem nu*, de Fernando Sabino.

Cinco anos depois, Celso lecionava desenvolvimento econômico e economia latino-americana na Sorbonne em Paris. Ressentia-se da oferta reduzida de livros sobre o desenvolvimento. A pedido de um editor francês, reescreve o livro de 1961 e publica, primeiro na França, *Teoria e política do desenvolvimento econômico*, hoje visto como um clássico do pensamento estruturalista. Por ele Celso tinha um carinho especial, vendo-o como provavelmente seu maior esforço intelectual. “Interação entre decisões e estruturas” é um de seus capítulos.

“O mito do desenvolvimento econômico”, núcleo de um trabalho mais abrangente chamado “Tendências estruturais do sistema capitalista na fase das grandes empresas”, foi exposto no curso sobre desenvolvimento que Celso deu na Universidade de Cambridge em 1973-4. Como muitos,

2. *Em busca de novo modelo*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ele estava impressionado com o estudo feito pelo MIT para o Clube de Roma, quando pela primeira vez parecia claro que se todos os países adotassem os padrões de desenvolvimento dos países ricos, as consequências ecológicas levariam o mundo a um colapso. E, acrescentava Celso, a exclusão social seria aprofundada, privando a maioria da humanidade dos benefícios do desenvolvimento. Nesse sentido, concluía, o desenvolvimento era um mito, afirmação que suscitou — suscita até hoje — muita controvérsia. Ele esclareceria ao editor mexicano:

Estou enviando um pequeno artigo abordando o problema de fundo do informe do Clube de Roma. Parece-me que as críticas feitas até agora não levam em conta que o mundo está dividido entre economias chamadas desenvolvidas e economias chamadas subdesenvolvidas, e que há uma diferença qualitativa entre os dois tipos de economia capitalista.³

Também em Cambridge escreveu outro texto de relevo em seu pensamento desses anos: “Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais”. Apresentado no seminário dedicado aos professores, a ele se referirá em diversas cartas. Ainda de Cambridge escreve ao economista Edmar Bacha: “Creio que aí pude expressar de forma mais clara algumas das ideias em que venho trabalhando há algum tempo. Claro que estou recebendo pedradas de todos os lados: tanto dos que se enquadram no paradigma marxista como dos que se narcotizam no paradigma equilibrista”.⁴

Quase dez anos depois, expõe a Joseph Love, brasileiro da Universidade de Illinois:

3 Carta a Óscar Soberón, de 12 jul. 1973.

4 Carta a Edmar Bacha, de 16 jan. 1974.

Em ["Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais"] apresentei uma teoria da dependência que se afasta das simples afirmações doutrinárias, pois pode ser submetida a teste. O ponto de observação inicial é o seguinte: os países que se inserem no sistema de divisão internacional do trabalho como exportadores de produtos primários (em particular agrícolas) absorvem tecnologia mais rapidamente no nível dos produtos finais do que dos processos produtivos. A *modernização* é mais rápida do que o avanço nas técnicas produtivas. Portanto não se necessita adotar uma visão conspiratória da história para perceber os vínculos entre subdesenvolvimento e desenvolvimento.⁵

Outro trabalho de fôlego é "O desenvolvimento do ponto de vista interdisciplinar", que Celso via como "uma tentativa de visão global da teoria do desenvolvimento: seu quadro conceitual visto de uma perspectiva histórica".⁶ Os dois ensaios dos anos 1990 — "O subdesenvolvimento revisitado" e "A superação do subdesenvolvimento" — são de síntese, em que as ideias brotam mais depuradas, numa hora de balanço do que foi esse mais de meio século pensando o desenvolvimento.

De seu livro mais conhecido, *Formação econômica do Brasil*, marcadamente de história econômica, aqui se inclui o capítulo "Os mecanismos de defesa e a crise de 1929", sobre a iniciativa do governo Vargas de queimar os estoques de café quando os preços internacionais despencaram, o que inesperadamente acabou mantendo a renda dos cafeicultores. Em outros estudos, Celso recorreu à história e à economia para explicar as raízes e estruturas do subdesenvolvimento — método conhecido como interpretação estruturalista do desenvolvimento. É o que

5 Carta a Joseph Love, de 22 dez. 1982.

6 Carta a Óscar Soberón, de 12 fev. 1978.

se pode verificar em "A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro", capítulo de *Análise do "modelo" brasileiro*, de 1972. Quando o enviou, por intermédio do irmão, ao editor carioca, Celso temeu que o livro fosse censurado: "A linguagem é sóbria e essencialmente técnica. Mas o assunto chama a atenção e os grandes editores, como o de São Paulo, podem querer submetê-lo, mesmo sub-repticiamente, à opinião de gente oficiosa, criando dificuldades inúteis".⁷

Naqueles tempos árdios de "milagre" econômico e ditadura, Celso conseguia, embora no exílio, ter boa penetração no Brasil, onde seus livros logo atingiam várias edições. O artigo sobre a estrutura agrária brasileira visava influir no debate, como explicava ao editor da revista mexicana *El Trimestre Económico*:

Pode parecer incrível mas a verdade é que se criou uma nova doutrina com amplo apoio em meu país e em certos círculos universitários dos Estados Unidos, segundo a qual a estrutura agrária do Brasil é perfeitamente *funcional*: responde plenamente aos requerimentos do desenvolvimento. Por uma dessas ironias da atividade intelectual, pessoas sérias e de orientação de esquerda estão contribuindo para reforçar essa doutrina. O objetivo de meu artigo é colocar o problema em seus devidos termos.⁸

Abrem o "Pensamento político" dois estudos sobre o Nordeste, separados por 25 anos. O primeiro é "A Operação Nordeste", conferência proferida no Iseb semanas depois do lançamento do vasto programa que Celso idealizou a pedido do presidente Kubitschek em 1958. Ele saíra da Paraíba aos dezenove anos; agora retorna-

7 Carta a Jorge Furtado, de 13 jun. 1973.

8 Carta a Óscar Soberón, de 2 jul. 1971.

va ao Nordeste levando uma sólida bagagem intelectual e um imenso entusiasmo para tentar desmontar os mecanismos que condenavam a região a ser problema sem solução. Por quase seis anos, interrompidos pelo golpe militar que lhe calou fundo até a morte, teve a oportunidade rara, como reconhecia, de poder conjugar teoria e prática: agir sobre a realidade era, para ele, a razão de ser do conhecimento. Um quarto de século depois, os problemas do Nordeste eram outros, mas o tom político de “O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento” se mantém quando explícita a noção de “mau desenvolvimento”.

Em janeiro de 1962, uma palestra que Celso pronunciou em São Paulo deu o que falar: “Reflexões sobre a pré-revolução brasileira”. A virulência do tiroteio na imprensa nacional, rotulando-o de comunista e “leniniano”, amainou um pouco quando a respeitável revista americana *Foreign Affairs* publicou o texto.⁹ O que ele dizia? Que no estágio político e econômico em que o Brasil já se encontrava, não havia, ao contrário do que propugnavam vozes mais radicais, por que defender uma revolução no país, sob pena de pôr em risco o que se havia conseguido. A solução, caso se desejasse manter a democracia, eram as reformas estruturais que sugeria. Esclareceria anos depois: “No meu pensamento político, entre reforma e revolução não existe uma diferença qualitativa. Contudo, considero que só a reforma seja uma forma eficaz de alcançar transformações sociais de fundo em uma sociedade aberta. Essas ideias eu expus no meu *A pré-revolução brasileira*”.¹⁰

E a outro interlocutor: “A *Pré-revolução* é uma tentativa de comunicação com as forças que estavam preten-

⁹ “Brazil: What Kind of Revolution?”, *Foreign Affairs*, Washington, v. 41, n. 3, 1963.

¹⁰ Carta a Carlos Rama, de 31 jul. 1970.

dendo ‘virar a mesa’. Daí que eu mude a objetiva numa e noutra direção, dando ênfase a uma coisa ou a outra”.¹¹

Em Santiago, onde passou os primeiros meses do exílio, uma das perguntas mais correntes nas reuniões era o que estava acontecendo no Brasil. Amigos lhe sugeriam publicar algo a respeito do golpe militar e do novo governo. Foi uma carta de Albert Hirschman, vinda de Princeton, que o decidiu:

[Ele] dizia-me: “Esses acontecimentos podem com demasiada facilidade ser interpretados como a prova definitiva de que nunca houve uma chance real de que reformas viessem a ser introduzidas no Brasil, de que os que pensavam de outra forma eram incuravelmente ingênuos. Ora, eu creio que você concorda comigo que essa interpretação é equivocada, a menos, evidentemente, que incluamos entre as inevitabilidades históricas os erros, inépcias e crimes da esquerda”. Fazia um apelo para que eu escrevesse alguma coisa, pois muitos eram os perplexos em busca de uma luz.¹²

Escreveu “Obstáculos políticos ao crescimento brasileiro”. Apresentado numa conferência em Londres em 1965, aqui é publicado em sua versão original. “Nova concepção do federalismo”, súmula de reflexões feitas desde o plebiscito de 1993 sobre o sistema de governo, circulou primeiro numa revista sobre o federalismo, preparada para as comemorações do v Centenário do Brasil, em 2000. “Para onde caminhamos?” foi o último artigo que Celso escreveu, em 3 de novembro de 2004, dezessete dias antes de sua morte. Nele volta a questões como a má distribuição da renda e as altas taxas de juros, e insiste numa reforma fiscal que reparta de modo mais justo a alta carga tributária do país.

¹¹ Carta a Ademar Ribeiro Romeiro, de 1 mar. 1979.

¹² *Os ares do mundo*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

Três artigos sobre questões internacionais completam o eixo “Pensamento político”. Em “O novo quadro internacional”, de 1989, ele alerta para dois processos que estão se gestando em escala mundial: a legislação sobre propriedade intelectual e a globalização das políticas macroeconômicas, esta, a seu ver, mutação maior na evolução do capitalismo. A mesma ideia retorna em artigos posteriores, como em “Globalização e identidade nacional” e “Metamorfoses do capitalismo”.

O tema da cultura tem um lugar destacado no pensamento de Celso Furtado. A partir de meados dos anos 1970 é bem visível em seus livros a dimensão cultural do desenvolvimento, ou melhor, o elo explícito entre cultura e desenvolvimento — noção que quando ele se torna ministro da Cultura cristaliza na de cultura como síntese do desenvolvimento. Ele considerava a apresentação mais acabada dessa faceta o livro *Criatividade e dependência*, de 1978, no qual figura o ensaio “Acumulação e criatividade”. A temática cultural mais voltada para o Brasil é tratada em “Reflexões sobre a cultura brasileira”. Os dois trabalhos sobre ciência são exemplos das múltiplas direções em que se movia seu pensamento, para além do quadro e da dinâmica estritamente econômica. Ambos são publicados pela primeira vez.

Neste *Essencial* não poderiam faltar textos de um economista escritos para economistas. “A formação do economista em país subdesenvolvido” é de 1962, quando Celso recebia uma profusão de convites para ser paraninfo de turmas de jovens universitários. Este é um discurso em que transmite aos recém-formados o que julgava ter sido a marca de sua própria trajetória: o cientista social deve ter o atrevimento de pensar por conta própria, com independência. Em “Objetividade e ilusionismo em economia”, que data de quase quarenta anos, vale notar que Celso já resalta a importância de se levar em conta na medição do PIB a destruição dos recursos naturais e a poluição das águas.

Em suas memórias diz que o texto tinha destinatário certo: os economistas “milagreiros” que na época manipulariam os dados contábeis, qual ilusionistas dispostos a obter efeitos deslumbrantes de um “milagre” concentrador de renda.

Em 1976, Celso publica um livro de título instigante: *Prefácio a Nova Economia Política*. Vinha se dedicando cada vez mais a problemas de teoria, o que nem sempre lhe agradava: “Isso deixa um certo sabor de esterilidade e frustração. A verdade é que a partir de certa idade a teoria pura já não é uma dieta satisfatória”.¹³ Considerava insuficientes as ferramentas dos cientistas sociais, mais ainda dos economistas. Daí a proposta de um prefácio para um futuro tratado de economia política. Conforme explica a Fernando Henrique Cardoso:

Estou terminando o trabalho de que lhe falei, que recebeu o título de *Prefácio a uma Nova Economia Política*. Na verdade trata-se de um *Prefácio* e de uma *Tábua de matérias*. Retomei a tradição da economia, anterior a Ricardo, de uma ciência social global, o que requer partir de um quadro conceitual mais amplo do que esse a que nos habituamos na *análise econômica*. Uma tentativa desse tipo implica abrir um diálogo em muitas direções. Alguns anos atrás esse diálogo seria principalmente com os neoclássicos em economia, ou com os funcionalistas em sociologia, hoje o interlocutor mais vigoroso são os marxistas. Como estes vivem fechados em um monólogo, simplesmente trazê-los para um diálogo seria uma não pequena vitória.¹⁴

É esta “Tábua de matérias”, sumário dos temas de reflexão de um livro ainda a ser escrito, que encerra o *Essencial*, à guisa de sugestão para os leitores.

¹³ Carta a Helio Jaguaribe, de 24 jul. 1971.

¹⁴ Carta a Fernando Henrique Cardoso, de 7 abr. 1976.

* * *

Os textos desta seleta, quando necessário, foram cotados com os originais de Celso, manuscritos ou datilografados. Assim, têm aqui sua versão definitiva. As notas foram revistas, os lapsos corrigidos. Certas referências bibliográficas foram completadas, em geral com nome e cidade da editora. Nas notas de rodapé estão citadas entre colchetes novas edições dos livros do autor. As raras referências bibliográficas introduzidas pela organizadora vêm assinaladas por asterisco.

Prefácio

CARLOS BRANDÃO

É muito difícil construir com precisão um painel que propicie uma ideia ou balanço adequados da vasta, abrangente e profunda obra de Celso Furtado. Ele é fundador de uma verdadeira escola de pensamento, inspirador que exerceu forte e ampla influência sobre pesquisadores de diferentes vertentes teóricas e posições políticas. Formulador de um arcabouço teórico e de um modo de interpretação marcados pela originalidade, pela atualidade e perenidade, e de uma teoria do desenvolvimento, enfim, cujo sentido e alcance são passíveis de renovação constante. Intelectual completo: de ampla e variada cultura, um erudito que aciona e mobiliza argutamente autores e concepções diversas e distintas, de forma perspicaz, didática e sempre com extremo comprometimento social e político. Antes de tudo, um intelectual e homem público de ação, empenhado na transformação social. Por isso mesmo, uma enorme dificuldade desta coletânea foi justamente separar em pensamento econômico, teórico, histórico e político a obra de Furtado, tendo em vista sua característica necessariamente não compartimentável.

O que chama a atenção de início é a erudição que lhe permite transitar com leveza e profundidade pelos mais variados campos disciplinares, buscando sempre construir uma visão global, coerente, e em imaginativa perspectiva dinâmica, concreta e histórica dos processos

sociais, resultando em um sistema teórico-analítico de grande alcance e provocador de diálogos diversos.

Felizmente Furtado nos deixou muitos artigos, depoimentos e correspondências em que decifrava sua formação, as influências iniciais de sua matriz teórico-metodológica e os autores que ia incorporando, sempre com uma leitura muito própria e articulada com grande originalidade, a seu sistema interpretativo.

Ao realizar diversas autoanálises e autorretratos intelectuais de sua obra (como o aqui reproduzido em "Aventuras de um economista brasileiro"), deixou claro de onde e de quem partiu para construir sua agenda própria, explicitando sua formação e perguntas-chave que orientariam toda sua brilhante carreira acadêmica e política. Também fica clara sua agenda permanente que, ao mesmo tempo, ia sendo renovada e enriquecida. Malgrado o inóspito ambiente sociopolítico de sua juventude, marcado por arbitrariedades, resignação e rigidez das estruturas sociais e políticas, sua genealogia intelectual é ampla: parte e articula elementos teórico-conceituais do positivismo, do marxismo, da sociologia americana, da antropologia cultural, da filosofia e da história. Na verdade, vai mobilizando conhecimentos do conjunto das ciências humanas e sociais a partir de múltiplos autores: Weber, List, Tönnies, Simmel, Sombart, Schumpeter, Keynes, Mannheim, Prebisch, Perroux, Myrdal, Hirschman, Marcuse, entre muitos outros.

Hoje, no século XXI, com o avanço da literatura sobre as múltiplas escalas espaciais, impressiona como Furtado pensou sempre em variados níveis escalares (planetário, latino-americano, nacional, regional) e planos analíticos (em um jogo dialético e dinâmico entre o particular e o universal). A busca da visão global. A América Latina e o Brasil e sua inserção no mundo. O Nordeste e sua inserção no Brasil. O retorno ao global, e assim por diante. Pensando, recorrente e simultanea-

mente (em aproximações sucessivas e em espiral), o movimento, o *sentido* e a transformação das relações, estruturas e processos.

Sempre inquieto com as insuficiências das ferramentas de que dispunham, elegiam ou manejavam os cientistas sociais, ele alertava recorrentemente para o grande equívoco das más abstrações, das generalizações excessivas, sobretudo as feitas pelos economistas com seus modelos entorpecentes e sua busca cega para alcançar maiores graus de consistência lógica e formalismos, em abordagens com pretensões de universalidade, que não só se distanciavam da realidade, mas, o que é pior, orientavam políticas públicas que prestavam grande des-serviço à nação.

Ao contrário das abstrações científicas, Celso Furtado buscava na história a possibilidade de apreender e descrever as estruturas em movimento, visando a uma interpretação globalizante de processos sociais historicamente determinados, que por isso mesmo tanto poderiam revelar o acúmulo do atraso das estruturas quanto a possibilidade de sua mutação, passíveis portanto de ganhar maior racionalidade no curso da história, dependendo das forças políticas em jogo.

Foi essa capacidade de desenvolver um método histórico-estrutural que lhe permitiu compreender, de forma integral, o processo, específico e complexo que é o subdesenvolvimento, enquanto malformação estrutural, geneticamente dotada de grande capacidade de persistência, cumulatividade e reprodução. Tal procedimento metodológico vai permitir-lhe apresentar cientificamente a "dicotomia" desenvolvimento-subdesenvolvimento, que não é uma dicotomia, mas um par, uma dupla dialética (de natureza distinta), sendo o subdesenvolvimento não uma fase ou etapa, mas outra face do próprio processo de desenvolvimento. Em suas palavras, "desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser tomados como situa-

ções históricas distintas, mas derivadas de um mesmo impulso inicial e tendendo a reforçar-se mutuamente”.¹

Nesse sentido, compreender o subdesenvolvimento envolvia também alargar o conceito de acumulação, investigando seu perfil e a orientação do esforço acumulativo de determinada sociedade. Quais as razões pelas quais determinado povo atrasa, trava ou interrompe sua acumulação (re)produtiva, não canalizando adequadamente, mas, pelo contrário, esterilizando excedente social? Por que algumas sociedades logram maiores graus de homogeneização social e satisfação de suas necessidades básicas, enquanto outras promovem uma incompatível diversificação e sofisticação do lado da demanda, reproduzindo modos de vida miméticos? Como uma sociedade historicamente acumula atraso e deforma suas estruturas sociais, dinamizando apenas o consumo conspícuo e ostentatório, realizando progresso técnico pelo lado da demanda, pela via da modernização em acelerada temporalidade e jaz comandada por elites aculturadas e por processos induzidos do exterior? Furtado indagava como essas experiências nacionais, engendradas a partir do processo expansivo europeu, puderam juntar tantos elementos de retardo em suas estruturas e relações e geraram tamanha “incompatibilidade”, ou seja, movimentos dissonantes, que vão aprofundando, no curso histórico, divergências recorrentes entre três processos cruciais: acumulação de capital, aumento da produtividade e mudanças nos padrões de consumo. De forma diversa dos espaços nacionais que lograram fazer avançar paralelamente acumulação e diversificação da demanda, os subdesenvolvidos promovem transformações ligadas ao dinamismo da demanda final (modernização), mais do que da acumulação reprodutiva e da diversificação do

1 *Pequena introdução ao desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980, p. 23.

aparelho produtivo, com vistas a atender as necessidades do mercado interno (industrialização).

Além dessas tendências estruturais, seria bom lembrar outras, como o faz Furtado: as características da civilização predatória que se formou no Brasil, cicatrizada por mais de três séculos de escravismo e de exploração extensiva de recursos naturais, com fronteiras em expansão itinerante, uso destrutivo de solo, tradições etc., acúmulo de massas marginalizadas e destituídas, e pressões desarticuladoras ao longo do largo e diferenciado território.

Para decifrar e tentar romper com o processo histórico de subdesenvolvimento caberia analisar, em sua essência, o específico perfil da acumulação periférica em sua essência. Entendê-lo para empenhar-se em reorientar o esforço de acumulação do país, buscando ampliar a margem de arbítrio sobre nosso destino. Os fins (racionalidade substantiva), ancorados em um sistema de valores, deveriam orientar o alargamento dos horizontes de possibilidades humanas. Entretanto, é a eficiência (a racionalidade instrumental), é a lógica dos meios que prevalece. Nesse contexto, a criatividade acaba canalizada para a inovação técnica e se volta precipuamente para a difusão da civilização industrial. A inovação, a inventividade técnica dá suporte, apoia e fica subordinada à reprodução da estrutura de privilégios.

Ao mesmo tempo, no plano mundial, a unificação do espaço econômico internacional e a articulação dos espaços nacionais, promovidas sob a coordenação oligopolista e financeira, ampliam as disparidades no processo de acumulação e modelam relações assimétricas entre os centros de decisão e suas periferias. A concentração geográfica do avanço heterogêneo das técnicas, beneficiando seletivamente alguns países e regiões e acumulando atraso em outros, conforma a problemática da constituição e evolução do sistema de relações centro-periferia.

Furtado chama a atenção para as hegemônias que vão se repondo e renovando em escala global pela via das inovações e da informação. É clara sua intenção de colocar a questão do papel dos Estados Unidos e de suas grandes empresas no centro da agenda investigativa. Seria preciso examinar a ordem econômica internacional, em sua estrutura e dinâmica, constituída por Estados e grandes empresas, que são as unidades dominantes, conforme lhe ensinou seu mestre François Perroux. Seria preciso investigar a superestrutura política, a estrutura de poder na escala mundial e analisar os mecanismos através dos quais as relações internacionais definem e impõem uma divisão internacional do trabalho, marcada por assimetrias e hierarquizações de diversas naturezas (comerciais, monetário-financeiras, produtivas e políticas), conforme lhe ensinou outro de seus mestres, Raúl Prebisch.

A dependência, que vai ganhando novo caráter, também deve ser investigada em sua transformação evolutiva e em suas formas plurais e revigoradas. A assimilação de formas de vida e a modernização dos padrões de consumo reclamariam um papel destacado nessa agenda científica e política. O estudo das variadas configurações da dependência cultural permitiria não apenas analisar a subordinação da acumulação aos processos de modernização, mas, sobretudo, abriria espaço para a interpelação da complexidade das articulações entre as relações externas e os mecanismos de dominação sociopolíticos internos.

No intento de se estudar minuciosamente os mecanismos e sistemas de dominação, segundo Furtado, seria crucial examinar o papel das empresas transnacionais, como um nível, instância ou plano de ação fundamental de condensação de poder. Essas “unidades dominantes”, de influência assimétrica na cadeia de decisões estratégicas, representam uma inovação na organização de relações entre formações socioeconômicas, pois apro-

fundam a divisão do trabalho, desenvolvem técnicas de produção e transferência de excedente (geralmente com equipamentos já amortizados), operam como “motores de integração” de mercados, jogando em um espaço plurinacional. Tais empresas obedecem a uma unidade de comando central, controlam os elos mais dinâmicos da atividade econômica e difundem sistemas de cultura hegemônicos, reforçando as estruturas de poder da escala mundial. Esses grandes conglomerados internacionais se afirmam, assim, como “instrumentos da acumulação, inovação e integração do sistema”, sobretudo na periferia semi-industrializada.

Outro importante alerta, dado por Furtado no livro *O mito do desenvolvimento econômico*, de 1974, um dos mais instigantes e que mereceu maior atenção dos pesquisadores, é o de que “não há lugar para todos”. Não seria facultado a todas as sociedades reproduzirem o padrão do capitalismo central. Esse era um mito marcante na discussão do processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento. O desenvolvimento material experimentado historicamente pelos países hoje industrializados do centro do capitalismo criou formas de vida que não têm como ser universalizadas para todas as pessoas do planeta. A ideia de um acesso generalizado aos padrões de consumo cêntricos seria apenas um prolongamento do mito da filosofia positivista do progresso, como se existisse um processo constante, linear e de difusão do avanço material, mais ou menos natural, “rumo ao desenvolvimento”. Essa fantasia estaria ligada à ideia do aperfeiçoamento técnico incessante, como uma “entelúquia concebida fora de qualquer contexto social”² e a uma concepção de que haveria uma fronteira externa ilimitada (um “sistema aberto”) de recursos não

2 *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 9.

reprodutíveis que não se exauririam. De forma pioneira, Furtado questionará as variadas pressões que são exercidas pelo uso mais intensivo de energia e matérias-primas sobre os recursos naturais não renováveis, portanto finitos, em um “sistema que é fechado”: o planeta.

Diante das transformações planetárias, dirigidas estritamente pela racionalidade econômica, como dizia Furtado, a busca por afirmar decisões autônomas e soberanas no contexto nacional, lutando por regular o funcionamento de um sistema econômico nacional, articulando desenvolvimento e interesse nacionais, paulatinamente ameaçava perder sentido. Essa luta nacional, historicamente ancorada no seu primordial instrumento de avançar em um processo de industrialização, com proteção e intencionalidade, tendo o Estado como coordenador/orientador, que tentava superar os retardamentos dos processos e das relações e os anacronismos das estruturas herdadas (por exemplo, da agrária, da distribuição da renda etc.), deparava com constrangimentos de monta. Esbarrava na estreiteza do mercado interno subdesenvolvido, no desequilíbrio do balanço de pagamentos e nas pressões inflacionárias, entre outros obstáculos. A vigorosa intencionalidade requeria vir associada a uma ampla visão da “produtividade social”, a fim de se estabelecer e legitimar amplamente um projeto nacional de desenvolvimento.

Empreender a batalha contra o atraso acumulado e construir um sistema de forças produtivas mais avançado significaria necessariamente buscar uma racionalidade mais abrangente que aquela dada por orientação do mercado, tendo o planejamento como uma técnica social que ordenasse a ação estatal, engendrasses um horizonte temporal mais largo, duradouro e racional. Na visão perspicaz de Furtado, só o processo de planejamento poderia lograr revelar os interesses postos, ou seja, tornar menos opacas as relações de poder e os projetos políticos em disputa em cada alternativa escolhida ou a escolher.

Portanto, levar adiante essa transformação estrutural significaria romper interesses constituídos, buscar novas bases sociopolíticas de sustentação do Estado, para que este alcançasse arbitrar e coordenar interesses conflitantes, construindo uma trajetória de desenvolvimento que legitimasse confrontações mais enérgicas e ostensivas em relação às desigualdades regionais e sociais e o estado de insegurança e privação da maioria da população. Tal projeto de ruptura com a ordem estabelecida (secularmente) encontraria constrangimentos estruturais de toda ordem, muitos de “condicionamento mental” que tendem a se autorreproduzir e se autolegitimar. Combater os mecanismos reprodutores de desigualdades multidimensionais não seria tarefa trivial, pois haveria no Brasil poucas “tensões nas estruturas de dominação internas”, e portanto poucas chances de “rupturas no sistema de poder”. Os textos mais de intervenção política aqui reproduzidos esquadrinham alguns desses constrangimentos estruturais, que se encontram em variadas arenas e instâncias de poder e em múltiplas escalas espaciais (mundial, nacional e regional).

Uma espécie de campo de prova dessa concepção global e estruturalista da necessidade de romper imobilismos e rigidezes (desde as mentais até as mais explicitamente violentas) era, para Furtado, o dever de pensar a escala regional e os problemas de sua terra. Isto é, como pensar e agir no Nordeste. Como gostava de repetir: a mais extensa área subdesenvolvida de todo o hemisfério ocidental. Espaço regional em que o ecológico, o econômico, o social e o político se entrecruzam no processo de malformação estrutural. Amostra ampliada do ser subdesenvolvido, enquanto conexão da exploração com a dependência. Uma máquina concentradora de riqueza e renda com viés do agravamento constante de suas tendências antisociais. Um sistema socioeconômico complexo, não só atrasado e de baixa produtividade, mas, sobretudo, muito

particular, frágil, instável e sujeito a crises *sui generis* de produção e emprego, já que pouco ajustado e coerente com as singularidades do meio. Ele chama a atenção para o impressionante divórcio ali entre as formas de vida e o contexto ecológico da região. Devidamente coloca ênfase nas raízes desse atraso estrutural: o problema agrário secular e as estruturas enrijecidas que concentram renda, riqueza e poder em ambiente de baixo crescimento.

Três pontos cruciais podem ser destacados em sua contribuição para a discussão das disparidades regionais brasileiras, que têm flagrante atualidade no Brasil neste início do século XXI: 1) o risco das inversões de capital em enclaves minerais, metalúrgicos e agrícolas, que ficam circunscritos a pontos restritos no espaço “sem maiores reflexos na forma de organização da produção nas regiões circundantes”;³ 2) a importância de se voltar a realizar diagnósticos abrangentes dos problemas específicos de cada região, ampliando o conhecimento global de suas estruturas físicas, sociais e econômicas; 3) a necessidade de que a problemática regional seja abordada convenientemente no quadro mais amplo do federalismo.

Também neste sentido poder-se-ia lembrar sua concepção original do papel que a Sudene deveria cumprir no contexto federativo brasileiro, tendo em vista a necessidade da instalação de instituições e instâncias decisórias intermediárias, aptas a aglutinar, canalizar e dar voz a uma vontade política regional.

A propósito, a temática do federalismo, enquanto pacto territorializado do poder e organização política do espaço nacional, sempre esteve no centro da agenda teórica e política de Furtado no que tange aos desafios de se estruturar um projeto nacional de desenvolvimento. Em um país grande e diverso como o Brasil, seria decisivo

³ *Prefácio a Nova Economia Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 58.

dar margem de manobra às aspirações das regiões mais dependentes e garantir que o desenvolvimento material se difundisse menos assimetricamente dentro e na relação entre as regiões. Ele lembrava sempre a capacidade criativa com raízes nacionais, marca maior da nossa diversidade e riqueza cultural, visto que “o desenvolvimento é sempre tributário de uma atividade criadora”.⁴ Assim, pensava que as relações entre as regiões brasileiras não deveriam ser de contraposição entre unidade nacional e identidade regional, sobretudo em um contexto em que a concentração geográfica da riqueza e da renda e a transnacionalização tendiam a promover um perigoso afrouxamento dos vínculos de solidariedade entre as regiões díspares, colocando o risco sempre iminente da fragmentação. Só a integração, em suas diversas dimensões, poderia costurar a continental e heterogênea nacionalidade. Integração para dentro, mas também para fora, a fim de construir a coesão de toda a América Latina.

Vem de Furtado a revolucionária concepção do desenvolvimento como eleição de trajetórias alternativas, como exercício de opções e possibilidades facultadas a determinada sociedade que orienta suas ações por valores substantivos e renovados modos de se perceber, refletir e agir. Assim, para além da transformação no plano das forças produtivas, o processo de ampliação de horizonte de sociabilidades civilizatórias, que é o desenvolvimento, envolve antes invenção, criatividade, escolhas, apresentando trajetórias abertas, sujeitas a decisões estratégicas e embates em contexto de incontornável diferenciação de poder. Envolve empenho coletivo de encontrar vias diferenciadas de acesso a formas sociais mais aptas a engendrar permanentemente tensões e estímulos à criatividade humana e dar vazão a aspirações coletivas e realizar suas potencialidades.

⁴ *Pequena introdução ao desenvolvimento*, op. cit., p. 47.

Ensinando como vislumbrar o desenvolvimento tal qual um processo histórico, com trajetórias em aberto, fruto que são de decisões “cujos efeitos se manifestam no nível das chamadas estruturas”,⁵ o desafio maior de Furtado é procurar aproximar e fazer entrelaçar, convergir mesmo, a teoria da acumulação, a teoria da estratificação social e a teoria do poder.

Outro alerta que ele faz é no sentido de se olhar para a matriz estrutural (as arcaicas estruturas de poder de base patrimonial: o sistema fundiário, a propriedade imobiliária, mas também os novos constrangimentos, como o controle da propriedade intelectual). Enfrentar tais sistemas de dominação requereria construir homogeneização social, habilitando a população, dando-lhe acesso à terra, aos bens e serviços públicos de qualidade. Seria fundamental mexer na estrutura fundiária e no acesso da população ao conhecimento, o que permitiria valorizar a riqueza cultural brasileira e desmontar os mecanismos geradores de insegurança e marginalidade social típicos das formações capitalistas subdesenvolvidas, periféricas e dependentes.

Furtado procurou demonstrar como o mero crescimento (ou o mau desenvolvimento), enquanto manutenção do statu quo, preserva e enrijece os interesses constituídos, ao passo que o verdadeiro processo de desenvolvimento significa acumular forças para romper com as estruturas criadas pelo acúmulo de atraso, democratizando e tornando endógenos os centros de poder e colocando a serviço das expectativas maiores de determinada sociedade o sistema de forças produtivas para o aperfeiçoamento de seus valores substantivos.

Como exemplo, Furtado chamava a atenção para o fato de que se o desenvolvimento no Brasil continuasse

⁵ “O desenvolvimento do ponto de vista interdisciplinar”, *Ensaaios de Opinião*, Rio de Janeiro, v. 10, 1979, p. 22.

a se processar com desigualdades e heterogeneidades estruturais (sociais, regionais etc.), o país não teria futuro, pelo menos não como civilização. Poderia se transformar em mera plataforma hospedeira de investimentos e sede do poder patrimonial, porém não numa nação.

Espero que este *Essencial Celso Furtado* possa realmente cumprir o papel de levar a um público mais amplo — sobretudo aos jovens cientistas sociais e cidadãos aos quais ele tanto se preocupou em dirigir suas mensagens — uma ideia da amplitude, profundidade e comprometimento com a transformação social que está presente em sua obra, mas, antes de tudo, da atualidade de seu pensamento global para se armar uma reflexão crítica e de longo alcance sobre os destinos civilizacionais desta nação, que continua em construção, marcada que é ainda pelo atraso, pela heterogeneidade e pelas desigualdades.

TRAJETÓRIAS

Aventuras de um economista brasileiro*

O Nordeste brasileiro, onde nasci e vivi até os vinte anos, constitui o mais antigo núcleo de povoamento do Brasil. Após uma fase de prosperidade que se estende pelos séculos XVI e XVII, a região conhece um longo declínio, o que explica que as estruturas sociais aí sejam mais rígidas que em qualquer outra área do país. Já nos começos do século XVIII, a descoberta do ouro e dos diamantes nas Minas Gerais retirava à região sua preeminência econômica; na metade desse século, a capital é transferida da Bahia para o Rio de Janeiro, o que significou a perda da preeminência política. No século XIX, acelera-se o declínio relativo e, finalmente, no século XX a região seria transformada em simples área dependente, produtora de matérias-primas para as indústrias instaladas no sul do país.

Na minha infância, no sertão, a família ampliada constituía o quadro básico de formação do indivíduo. A política absorvia parte importante da vida dos chefes de grandes famílias. Mas essa atividade política só remotamente estava ligada ao que ocorria no país: ela consis-

* Publicado originalmente em francês: "Aventures d'un économiste brésilien", *Revue Internationale de Sciences Sociales*, Paris, Unesco, v. XXV, n. 1/2, 1973. (Todas as notas indicadas com asterisco são da organizadora do volume.)

tia essencialmente em rivalidades e conflitos, com apelo corrente à violência, entre famílias e grupos de famílias locais. As incursões de cangaceiros eram frequentes. As histórias de violências, relacionadas a pessoas conhecidas e não simples mitologia, povoaram minha infância. Essas violências referiam-se mais a atos de arbitrariedade, prepotência e crueldade que a gestos de heroísmo à *western*.

Esse mundo dos homens, em que poder e arbitrariedade estavam sempre mais juntos que separados, compunha com a natureza circundante um quadro harmonioso. O clima da região é extremamente peculiar: a chuva chega em quantidade relativamente grande (para uma região semiárida) e em época precisa, provocando brusca metamorfose no mundo exterior. Mas a vinda da chuva é incerta, e entre a abundância e a mais total miséria a distância é mínima, dependendo de um golpe da *fatalidade*. Esse golpe ocorreu duas vezes nos cinco anos que antecederam ao meu nascimento (em 1915 e em 1919), com funestas consequências para a família de minha mãe. As histórias dessas secas, nas quais se entremeiam a violência do mundo físico e as arbitrariedades dos homens, povoam o meu espírito na primeira infância. Também ocorria de as chuvas chegarem com violência excessiva. Aos quatro anos, escapei por pouco (cheguei a ficar alguns meses de cama, com queimaduras) do incêndio havido em nossa casa em consequência de um desmoronamento provocado pela enchente.

Nesse mundo marcado pela incerteza e pela brutalidade, a forma mais corrente de afirmação consistia em escapar para o sobrenatural. Os grandes milagreiros existiam não somente como legenda, mas também como presença. Não longe de onde morávamos, reinava o padre Cícero, cujos milagres atraíam legiões de peregrinos. De forma mais imediata, existia a necessidade de se estar ligado a um chefe político, sem o que um mínimo de segurança pessoal era praticamente inconcebível.

Esse chefe, por seu lado, respondia a outro, em nível da região, o que o ligava indiretamente a um terceiro, no âmbito do estado, e finalmente a alguém de expressão nacional. Assim, a necessidade de segurança pessoal, local, levava cada indivíduo a tomar posição, automaticamente, com respeito a toda a organização nacional, da qual quase nenhuma informação possuía. Por outro lado, a obediência no plano local era absoluta, pois a única possibilidade de escapar à tutela do *chefe* era *trair* o seu próprio grupo, passando-se para o *inimigo*.

Quando eu tinha oito anos, surgiu um chefe político no estado (já então minha família se trasladara para a capital), que convulsionou profundamente a vida de toda a comunidade. No espírito da população, esse político — João Pessoa — fundia as imagens do *chefe* e do *milagreiro*. Dirigindo-se ao povo como se fora seu protetor e passando por cima de todos os formalismos legais, conseguiu ele mobilizar a população de forma só comparável aos movimentos religiosos. Eu ouvia crédulo, das domésticas de minha casa, as histórias desse homem que se disfarçava “numa pessoa qualquer” para praticar o bem nos bairros mais humildes. O assassinio brutal desse homem (exatamente no dia em que eu completava os meus dez anos) provocou uma tal angústia coletiva que ainda hoje não posso me recordar sem me emocionar. Várias vezes acompanhei aquelas domésticas em longas procissões pelas ruas da cidade, seguindo um andor sobre o qual ia uma fotografia de João Pessoa de corpo inteiro. Creio que no espírito do povo havia mais tristeza do que revolta. A perplexidade diante de forças que pairam por cima de tudo e uma resignação que raia ao masoquismo e se traduz na frase “alegria de pobre não pode durar” foram as impressões mais profundas que me ficaram das conversas que ouvia ao acompanhar essas procissões.

Esses dados quiçá possam explicar a formação em meu espírito de certos elementos que considero como invarian-

tes, dos quais dificilmente eu poderia libertar-me sem correr o risco de desestruturar minha própria personalidade. Esses elementos se manifestam na forma de ideias-força, que enquadram meu comportamento na ação e também minha atividade intelectual criadora. A primeira dessas ideias é a de que a arbitrariedade e a violência tendem a dominar no mundo dos homens. A segunda é a de que a luta contra esse estado de coisas exige algo mais que simples esquemas racionais. A terceira é a de que essa luta é como um rio que passa: traz sempre águas novas, ninguém a ganha propriamente e nenhuma derrota é definitiva.

A formação intelectual num pequeno mundo provinciano como o do Nordeste do Brasil não era nem boa nem ruim. Era, sim, atrasada pelo menos um quarto de século com respeito às áreas culturalmente dominantes na época. Refiro-me à formação intelectual do pequeno patriciado local, pois quatro quintos da população eram constituídos de analfabetos. Quiçá seja necessário ter em conta que meu pai vinha de uma família que tradicionalmente desempenhava funções públicas. Ele mesmo era juiz. Seu pai fora professor primário, e seu avô fora juiz na época do governo monárquico. Sendo homem sem fortuna pessoal, para manter sua independência como juiz, necessitava guardar distância de toda atividade política. A ideia de que um político era alguém sempre disposto a trapacear se me incutiu no espírito de forma indelével. Demais, ele era franco-maçom, o que em sua geração significava ser anticlerical e aberto a ideias novas. Graças a ele, desde minha infância li Swift, Defoe, R. L. Stevenson. E também graças a ele dispus de uma ampla biblioteca, o que me permitiu cultivar minha primeira paixão intelectual, a partir dos catorze anos, que foi a história.

Talvez convenha acrescentar que minha segunda paixão intelectual foi a literatura. Nos meus sete anos de curso secundário, a nenhuma matéria dediquei tanto tempo como ao latim. Seja porque as matérias científicas

eram ensinadas com muito menos habilidade, seja em razão de minha paixão pela história antiga e pela literatura, a verdade é que o latim se me afigurava como a chave que me permitiria o acesso a uma cultura superior. Progressivamente, fui me fixando na literatura, particularmente no estudo de autores de língua portuguesa. O interesse pela literatura foi duradouro e decisivo. Até os trinta anos, acreditei que minha forma de expressão natural seria a ficção literária e o meu primeiro livro (publicado aos 25 anos) foi uma coleção de contos. Explica-se, assim, que eu haja buscado um meio de vida no jornalismo, ao qual me dediquei desde os vinte anos, se bem que essa atividade em nada me atraísse. Já aos 23 anos me engajaria na função pública, seguindo a tradição familiar. Foi o contato com a função pública que me descortinou uma problemática nova e me encaminhou finalmente para o estudo dos problemas sociais.

As influências intelectuais que sobre mim se exerceram estão presentes desde o ginásio. Para compreendê-las, é necessário ter em conta a grande efervescência intelectual que ocorre no Brasil no período posterior à Revolução de 1930, a qual encerra a era de total domínio da oligarquia cafeeira. Entre esse ano e 1937, quando se implanta a ditadura de Vargas, o país conhece um debate amplo e pela primeira vez toma contato abertamente com as grandes correntes de ideias da época. Mas também é necessário ter em conta que, a partir de 1937, a repressão a toda atividade intelectual independente será total. As ideias absorvidas na fase anterior passam, assim, por um período de hibernação e de amadurecimento, o que, para uns, significaria sedimentação e triagem, e, para outros, endurecimento mental e cristalização dogmática.

Entre essas influências intelectuais exercidas desde cedo, identifico três correntes principais. Em primeiro lugar, está a positivista. É conhecida a profundidade e

a persistência da influência positivista no Brasil. Um militar reformado, da família de minha mãe, deixou em minha casa um conjunto de livros positivistas, aos quais tive acesso desde os quinze anos. A primazia da razão, a ideia de que todo conhecimento em sua forma superior se apresenta como *conhecimento científico*, a ligação entre conhecimento e progresso, tudo isso se impregnou em mim como evidente. O meu ateísmo, que cristalizara desde os treze anos, encontrou aí uma fonte de justificação e um motivo de orgulho.

A segunda linha de influência vem de Marx, como subproduto de meu interesse pela história. Foi lendo a *História do socialismo e das lutas sociais*, de Max Beer, que me dei conta pela primeira vez de que a busca de um *sentido* para a história era uma atividade intelectual perfeitamente válida. Na sociedade estratificada e parada do tempo em que eu vivia, a ideia de que as formas sociais são *históricas* — portanto, podem ser superadas — permitia ver o mundo com outros olhos. Essa ideia, ligada à do conhecimento como arma do progresso, que vinha do positivismo, compôs no meu espírito uma certa visão do homem em face da história. Essa ideia permitia superar o círculo fechado do fatalismo e do absurdo, e ao mesmo tempo desembocava numa responsabilidade moral.

A terceira linha de influência é a da sociologia norte-americana, em particular da teoria antropológica da cultura, com a qual tomei contato pela primeira vez por intermédio do livro de Gilberto Freyre, *Casa-grande e senzala*. Esse livro, lido aos dezessete anos, não somente permitia ver muitas coisas com olhos novos, mas também nos *atualizava*, isto é, nos punha em dia com o que se pensava no mundo intelectual em que se estava criando o conhecimento. Olhando retrospectivamente, vejo com clareza que o livro de Freyre pouco ou nada me influenciou no que respeita a sua mensagem substantiva, isto é, no que se refere à interpretação do processo

histórico brasileiro. Sua importância esteve em que nos revelou todo um instrumental novo de trabalho.

Essas influências, eu as absorvi, já na época de ginásio, de leituras mais ou menos ao acaso. Nenhum professor meu dessa época era positivista, marxista ou tinha um interesse direto na sociologia norte-americana. O estudante vive numa comunidade intelectual da qual muito pouco ou nada participam os professores. É dentro dessa comunidade que se formam as influências, mediante a circulação de publicações, a discussão de livros. O livro que é lido com paixão por um quase sempre tende a ser lido por outros. É por essa razão que, num país pobre, de escolas insuficientemente equipadas e professores de formação inadequada, a vida intelectual dos estudantes pode ser relativamente rica. O fundamental é que todos os estudantes tenham acesso à informação e que em torno deles exista um mundo aberto ao debate.

As três linhas de influência referidas persistiram e se entrelaçaram nos anos subsequentes de formação universitária no Rio de Janeiro e, posteriormente, em Paris. A influência direta de Marx se ampliou através da leitura dos livros de Karl Mannheim. A sociologia do conhecimento era uma forma de ligar a atividade intelectual do homem à história. Com efeito, o desejo de vincular a atividade intelectual criadora à história será o ponto de partida de meu interesse pelas ciências sociais. Já não se tratava de *ler* livros de ciências sociais, e sim de buscar neles meios para atuar. Contudo, essa influência não anulará a outra, de raiz positivista, segundo a qual grande parte do que concerne ao comportamento dos homens, individual e socialmente, pode ser *objeto* de conhecimento científico não distinto do que temos do mundo exterior ao homem. Assim, a ruptura epistemológica entre conhecimento científico e conhecimento ideológico sempre me pareceu clara. O enfoque da sociologia norte-americana facilitava o trânsito dos gran-

des esquemas teóricos para a problemática com a qual se tinha um contato direto, ademais de permitir liquidar o acervo de preconceitos de raça, clima e caterva que nos envolviam num fatalismo imobilizador.

Quando entrei na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, os estudos de ciências sociais estavam apenas em seus começos. Uma reforma recente, de inspiração francesa, introduzira esses estudos visando principalmente a formar professores para as escolas secundárias. A economia ainda não existia como curso universitário. O direito era o caminho para a atividade pública e, no meu caso, a tradição familiar. Contudo, os meus estudos, já no terceiro ano universitário, se afastaram do direito para a administração. No campo da administração, passei a interessar-me especificamente por problemas de organização. Tomei então contato com a moderna literatura norte-americana sobre organização, tanto no que respeita a atividades estatais como empresariais. Os meus primeiros estudos publicados, de caráter não literário, são no campo da organização, tanto aplicada como teórica. Fascinava-me refletir sobre a organização de um time de futebol *jogando*: que flexibilidade comporta a sua estrutura, ou seja, o conjunto das regras do jogo! Utilizei esse exemplo num estudo de teoria de organização. Minha primeira atividade ligada ao Estado foi como técnico-assistente de organização.

Os estudos de organização levaram-me a pensar em planejamento de um ângulo estritamente operacional. Nessa época, ainda não dispúnhamos de uma teoria das decisões nem percebíamos uma diferença clara entre um programa e uma estratégia. Daí a dificuldade de captar a natureza da direção na organização. Contudo, compreendia-se claramente que a racionalidade da direção dependia de um planejamento. Essa visão operacional do problema ampliou-se com a leitura do livro de Mannheim, *Man and Society in Age of Reconstruction*.

A partir desse momento, o planejamento foi para mim uma *técnica social* de importância muito maior, a qual permitia elevar o nível de racionalidade das decisões que comandam complexos processos sociais, evitando-se que surjam processos cumulativos e não reversíveis em direções indesejáveis. Fixou-se, assim, no meu espírito a ideia de que o homem *pode* atuar racionalmente sobre a história. Hoje me pergunto se não existe uma grande arrogância nessa atitude: imaginar que estamos preparados para *dar* um sentido à história.

É necessário colocar-se nessa época sombria da ascensão de governos ditatoriais, de degradação da história, para compreender que, mais que arrogância, tratava-se de um desejo de salvação. A verdade é que essas reflexões — que fazia comigo mesmo, pois com o regime ditatorial que existia no Brasil o ambiente universitário se confinara ao extremo — tiveram para mim um efeito liberatório. A violência e a arbitrariedade desencadeadas pelo governo ditatorial se confundiam no meu espírito com o mundo absurdo de minha infância. A extrema angústia intelectual que sofri nessa época e que me levou a buscar na música e na literatura um refúgio quase obsessivo começou a dissipar-se quando cristalizou no meu espírito essa ideia de que o homem virá a ser dono de seu próprio destino numa sociedade cujas estruturas hajam sido concebidas com esse fim. Aqueles que alcançam esse ponto, isto é, que pensam que o homem pode conduzir a história, quase sempre já estão preparados para dar o passo seguinte, ou seja, pensar que ele *deve* fazê-lo. O problema que se coloca então é o de saber *como* fazê-lo. Que eu não haja dado uma resposta clara a esse último problema, deve-se quicá a circunstâncias pessoais. Com efeito, vim para a Europa (como membro da Força Expedicionária Brasileira) no fim do governo ditatorial de Vargas e logo depois fiz uma segunda viagem, com o mesmo destino, para completar meus estudos universitários. Quase sem interrupção, se-

gui da Europa para as Nações Unidas, onde permaneceria cerca de dez anos. Quando voltei ao Brasil, livre de quaisquer compromissos, em 1958, as possibilidades de ação eram de tal forma amplas que o problema praticamente não se colocava. Pude então escolher a forma e o local para atuar, sem me hipotecar a qualquer organização política. Entretanto, existe em tudo isso mais que circunstâncias. A ideia de que o poder era fonte de corrupção e violência esteve sempre presente em meu espírito, quando de uma ou outra forma entrei em contato com políticos. Para vencer essa resistência, teria sido necessário iniciar a atividade política muito mais cedo. Ora, de meus dezesseite aos 25 anos o regime ditatorial impediu toda atividade política. Por outro lado, a ideia de atuar dentro de uma ideologia fechada me parecia intelectualmente esterilizante. Talvez haja sido esse temor da esterilização mental, particularmente de uma asfixia da imaginação, que me afastou de todo engajamento em partidos de filiação marxista. No Brasil, a tarefa de entender e explicar a realidade social estava muito atrasada para que se pensasse apenas em transformar essa realidade.

Assim como os estudos de organização me levaram ao planejamento, este me abriu a porta para a economia. A verdade é que somente nos dois últimos anos dos cinco que passei na Universidade do Brasil interessei-me por estudar economia, o que fiz por conta própria, sem qualquer supervisão. Tivera em anos anteriores dois cursos de economia que me haviam deixado a impressão de que esta era uma ciência menor, para gente sem imaginação. Dos malabarismos verbais com que o professor procurava transmitir a ideia de utilidade marginal (o último pedaço de pão, o último copo de água...) ficou-me uma vaga impressão de jogos de espírito pueris.

A partir do terceiro ano, afora meus estudos sistemáticos de organização, enriquecidos pela prática das técnicas derivadas dessa disciplina, ampliei minhas leituras no

campo da sociologia, principalmente da sociologia alemã: Max Weber, Tönnies, Hans Freyer, Simmel. Também nessa época tomei contato com Henri Pirenne, que será de importância definitiva para mim. São os trabalhos desse autor sobre a história medieval europeia, bem como os de Sombart, Sée e outros sobre as origens do capitalismo, e, finalmente, os de Antônio Sérgio sobre a história portuguesa, que me permitirão ver a importância dos estudos de economia para melhor compreender a história. Dessa forma, cheguei ao estudo da economia por dois caminhos distintos: a história e a organização. Os dois enfoques levavam a uma visão global, a macroeconômica.

Quando finalmente comecei a estudar economia de modo sistemático, aos 26 anos, minha visão do mundo, no fundamental, estava definida. Dessa forma, a economia não chegaria a ser para mim mais que um instrumental, que me permitia, com maior eficácia, *tratar* problemas que me vinham da observação da história ou da vida dos homens em sociedade. Pouca influência teve na conformação do meu espírito. Nunca pude compreender a existência de um problema *estritamente econômico*. Por exemplo: a inflação nunca foi em meu espírito outra coisa que a manifestação de conflitos de certo tipo entre grupos sociais; uma empresa nunca foi outra coisa que a materialização do desejo de poder de um ou vários agentes sociais, em uma de suas múltiplas formas etc.

Se meus contatos com as ideias de Marx no plano da teoria da história foram definitivos, o mesmo não poderia dizer com respeito às suas ideias referentes à economia. Minha leitura de *O capital* ocorreu quando meus conhecimentos de economia clássica (na versão ricardiana) já eram avançados e quando a moderna macroeconomia (na versão keynesiana) já se havia imposto. Dessas leituras, ficaram-me, contudo, algumas ideias que se incorporarão definitivamente à minha forma de ver os processos econômicos. A primeira dessas ideias (reforça-

da pelas leituras de Schumpeter, feitas um pouco depois) é a da importância decisiva do progresso tecnológico. A outra é que os capitalistas tendem *compulsivamente* a acumular capital, ou seja, tentarão romper todos os obstáculos que se lhes opuserem nesse caminho. Essa ideia permitia afastar o mito do estado estacionário, implícito tanto nos esquemas clássicos como nos neoclássicos. Essas duas ideias tiveram no meu espírito uma evolução complexa, mas considero fundamental tê-las captado cedo, o que devo à minha leitura atenta de *O capital* nos tempos de estudante da Universidade de Paris.

A influência da obra de Keynes foi igualmente decisiva para mim. Compreendo que toda decisão econômica envolve o exercício de uma forma de poder — é algo que derivei das reflexões de Marx. A isso devo que a visão do mundo econômico como um conjunto de automatismos, marca do pensamento neoclássico, me haja sido totalmente estranha. Nada é tão esterilizante, para o economista que se interessa pelos problemas do subdesenvolvimento, quanto essa visão. Contudo, não basta a ideia de poder, tal qual o exerce compulsivamente o capitalista. O poder também deve existir como um sistema. E, na economia capitalista, os centros de decisão mais importantes desse sistema se situam no Estado. Essa ideia de que a economia capitalista não poderia operar sem um certo grau de centralização de decisões, ou seja, sem uma estrutura superior de poder (todo capitalismo é em certo grau um capitalismo de Estado), derivei-a da leitura de Keynes. Graças a ela, pude compreender muito cedo o fenômeno da dependência econômica em sua natureza estrutural.

Minhas atividades de economista se desdobraram em três fases. A primeira compreende os anos que passei na Cepal, que me permitiram um contato direto com os problemas do desenvolvimento na maior parte dos países latino-americanos. A segunda são os anos que dediquei ao Nordeste brasileiro, como planejador e executor da

política de desenvolvimento da região nos governos de Kubitschek, Quadros e Goulart. A terceira fase são os anos de vida universitária, primeiro nos Estados Unidos, e em seguida, e mais prolongadamente, em Paris. Essas atividades, no que respeita à pesquisa, se desenvolveram em torno de três temas: o fenômeno da expansão da economia capitalista, o da especificidade do subdesenvolvimento e o da formação histórica do Brasil vista do ângulo econômico. Em realidade, o ponto de partida e a preocupação permanente foi o processo brasileiro, objeto já de minha tese, preparada sob a direção do professor Maurice Byé na faculdade de direito da Universidade de Paris e defendida em 1948. Um ano depois da tese, a qual se limitara a estudar a fase açucareira da economia colonial brasileira, publiquei meu primeiro estudo analítico das transformações da economia brasileira no século xx. Nesse ensaio estão os germes do que seria, dez anos depois, meu *Formação econômica do Brasil*. O esforço para compreender o *atraso* brasileiro levou-me a pensar na *especificidade* do subdesenvolvimento. A ideia de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são dois processos integrados, que se apresentam conjuntamente na evolução do capitalismo industrial, formulei-a em uma tese de aspirante a professor, apresentada na Universidade do Brasil em 1958. Convenci-me desde então de que o atual subdesenvolvimento é a resultante de um processo de dependência, e que para compreender esse fenômeno era necessário estudar a estrutura do sistema global: identificar as invariâncias no quadro de sua história. Mas o objetivo final era compreender as razões do *atraso* de um país que reunia as potencialidades do Brasil.

Muitas vezes me pergunto se o desejo insaciável de penetrar na realidade do próprio país não encobre outro desejo ainda mais fundamental: o de conhecer-se a si mesmo. Como superar as limitações do quadro psicológico pessoal sem penetrar nas condicionantes sociais e cultu-

rais? Até que ponto meu interesse pelo Nordeste decorre de uma simpatia profunda pelo mundo que mais conheço (o de minha infância e adolescência) ou reflete principalmente a consciência que tenho de que sou prisioneiro das estruturas sociais em que me formei, mesmo quando contra elas me revolto? Como desalienar-se sem haver alcançado a lucidez que nos permite ver através de todas essas estruturas, que são nosso segundo código genético? Quiçá essas razões confluem e se reforçam mutuamente. A verdade é que o desejo de compreender o meu próprio país absorveu a parte principal de minhas energias intelectuais no quarto de século transcorrido desde que escrevi minha tese sobre a economia colonial brasileira.

Porque no centro de minhas reflexões estavam problemas reais, a pesquisa econômica foi sempre para mim um meio de preparar a ação, minha ou de outros. Compreender melhor o mundo para agir sobre ele com mais eficácia. Isso significa que os fins últimos devem estar sempre presentes no espírito. As afinidades doutrinárias decorriam da concordância na escolha dos temas ou problemas que convinha abordar. As divergências sobre métodos não eram relevantes, pois a eficácia destes se comprova utilizando-os. Minhas divergências com os economistas neoclássicos vieram sempre de que os problemas que a eles interessavam me pareciam irrelevantes ou simplesmente falsos. Minhas divergências com os economistas marxistas vieram de que estes pretendiam abandonar a priori os instrumentos da economia neoclássica, mesmo quando obviamente não existiam outros para substituí-los.

Não há dúvida de que se nos colocamos num plano estritamente ideológico, a diferença entre fins e meios é em grande parte ilusória. Mas, se admitimos que existe uma ciência social, dois planos de racionalidade se definem nitidamente. Limitar-se à racionalidade formal (concernente aos meios) é a vocação do tecnocrata. Mas

ignorar que essa racionalidade existe e que é independente dos juízos de valor com respeito aos fins é fechar a porta ao avanço de uma ciência social. Combater esta simplesmente porque pode ser eficaz nas mãos daqueles que têm como objetivo consolidar as estruturas sociais que não aprovamos é desconhecer que, para construir novas estruturas, ela não é menos indispensável.

O meu enfoque dos processos econômicos, no qual se combina uma visão histórica global com um corte sincrônico para o qual se utilizam todos os recursos da análise econômica, alcançou a forma que para mim passou a ser definitiva quando cristalizaram em meu espírito duas ideias: a de estrutura e a de centro de decisão. Os estudos paralelos que fiz de direito e de organização me permitiram perceber desde o início a diferença entre instituições e estruturas. Não que a importância dessa diferença me haja ocorrido na primeira fase universitária. Foram as reflexões sobre sistemas econômicos reais, que eu observava na prática, que me conduziram nessa direção, para a qual estava preparado. Graças a essa distinção pude me dar conta de que a mudança no quadro institucional podia ser irrelevante ou permanecer no plano formal. Por outro lado, também percebi que, em certas circunstâncias, se podia avançar em modificações estruturais sem prévias alterações no quadro institucional. Quando Marx admitiu implicitamente que as forças produtivas podiam desenvolver-se sem prévia modificação da "superestrutura" (para ele, essencialmente o complexo de instituições), estava fazendo uma constatação similar. Segundo ele, as modificações superestruturais viriam depois, por rupturas violentas. Ora, não se trata apenas de forças produtivas. Todas as estruturas podem modificar-se dentro de certo quadro institucional. Se essas modificações são *orientadas*, as transformações do quadro institucional virão subsequentemente, sem encontrar maiores resistências. Se apenas um segmento das

estruturas se modifica (a acumulação, por exemplo), é possível e mesmo provável que a adaptação institucional se faça de forma cataclísmica. Mas se ela afeta o conjunto das estruturas, o mais provável é que a adaptação institucional se faça sem maiores choques: Seria possível planejar essas modificações estruturais? Que condições se requerem para isso? Foi esse enfoque que me encorajou a aceitar as responsabilidades de direção da política econômica no Nordeste brasileiro, região onde o acúmulo de problemas econômicos e sociais supera o que se possa imaginar.

Graças à ideia de centro de decisão, pude escapar do ilusionismo dos *mecanismos* econômicos, os quais impedem muitos economistas de integrar os processos econômicos nos conjuntos sociais reais. Quem *decide* atua em função de objetivos e exerce alguma forma de poder. Ver os processos econômicos como cadeias de decisões, e estas como estruturas de poder, é afastar-se dos conceitos de mecanismo e equilíbrio, que são a essência de todo o enfoque neoclássico. Antes de estudar economia, eu já sabia que não existe organização sem coordenação e controle, e que para que se efetivem a coordenação e o controle é indispensável que existam centros diretores capazes de definir objetivos. Ora, por uma simples economia de esforço, todo centro de decisão tende a aprofundar o seu horizonte temporal, isto é, a planejar a sua ação. Dessa forma, quando se observa a economia como uma organização, a ideia de planejamento como técnica destinada a elevar a eficiência dos centros de decisão surge naturalmente. Por último, quem diz planejamento diz objetivos explícitos ou implícitos. Assim, cai por terra o mito do *laissez-faire*, o qual nas economias subdesenvolvidas tem servido para sancionar e consolidar a dependência.

As circunstâncias que modificaram o curso de minha vida em 1964, quando um golpe militar no Brasil privou-me de direitos políticos e praticamente impediu-me de

continuar a trabalhar para a minha região e meu país, somente em parte são responsáveis pela decisão que tomei de dedicar-me inteiramente à vida acadêmica. A participação indireta e direta que durante quinze anos tive na formulação de políticas — como assessor técnico das Nações Unidas e como administrador e membro do governo em meu país — convenceu-me de que nossa debilidade maior está na pobreza de formulações teóricas e de ideias operacionais. A esse vazio se deve que a atividade política tenda a organizar-se em torno de esquemas importados os mais disparatados. Como todo esforço de globalização é particularmente difícil a partir da perspectiva que se tem num subsistema dependente, a linha de menor resistência do mimetismo ideológico tende facilmente a prevalecer. A inexistência de instituições culturais capazes de abrigar núcleos significativos de pesquisadores sociais e as bruscas interrupções que no trabalho destes provocam as ditaduras, intermitentes em muitos países, contribuem igualmente para o lento avanço, na América Latina, de uma consciência crítica. Uma solução para esse problema, ainda que de alcance limitado, pode encontrar-se na mobilização de meios fora da região. Paris constitui, a esse respeito, um centro privilegiado, pois atrai um número crescente de estudantes latino-americanos de pós-graduação, os quais ganham distância com respeito aos seus próprios países e adquirem uma visão mais equilibrada com respeito ao conjunto da região. Por outro lado, o ambiente é mais propício ao debate e ao intercâmbio de ideias com não latino-americanos do que o que pude observar nas universidades dos Estados Unidos.

Paralelamente às tarefas de professor, continuo empenhado em decifrar os enigmas do subdesenvolvimento, oferecendo ocasionalmente hipóteses novas que desejo que estimulem outros a levar mais longe o esforço de reflexão e invenção. Nesses anos em que leciono em Pa-

ris, preparei um livro de teoria do desenvolvimento, dois sobre a América Latina e dois sobre o Brasil. Não foi um esforço estéril, pois mais de 400 mil exemplares de meus livros já foram comprados por latino-americanos. Ainda que esse dado nenhum valor tenha em si mesmo, constitui uma indicação de que não me equivoquei quando formulei a hipótese inicial de que existe uma enorme fome de ideias na região.

Se tivesse de, em poucas linhas, traçar o retrato típico do intelectual nos nossos países subdesenvolvidos, diria que ele reúne em si 90% de malabarista e 10% de santo. Assim, a probabilidade de que se corrompa, quando já não nasce sem caráter, é de nove em dez. Se escapa à regra, será implacavelmente perseguido e, por isso mesmo, uma viravolta inesperada dos acontecimentos poderá transformá-lo em herói nacional. Se persiste em não corromper-se, daí para a fogueira a distância é infinitesimal. De resto, por maior que seja a sua arrogância, nunca entenderá o que lhe terá ocorrido.

